ATA Nº 8/2015

DA 3.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 11 DE MAIO DE 2015

------No dia 11 de maio de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2015 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 27 de abril de 2015 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 2 -** ***Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2014 do Município de Lagos (continuação);***
- **PONTO 3 -** ***Apreciação e votação da proposta de aditamento aos acordos de execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho;***
- **PONTO 4 -** ***Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de Assistente Operacional (Coveiro);***
- **PONTO 5 -** ***Apreciação e votação da proposta de afetação ao Domínio Público Municipal de Parcela de Terreno da Horta do Jogo da Bola (Intramuralhas);***
- **PONTO 6 -** ***Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2014;***
- **PONTO 7 -** ***Obras em edifícios e arruamentos contratadas por concurso público ou por ajuste direto de empreitadas de obras públicas em curso e em vias de serem lançados;***
- **PONTO 8 -** ***Análise das deliberações e teor do concurso público provisório relativo ao Serviço A ONDA;***
- **PONTO 9 -** ***Situação da Ponte D. Maria I, com análise de todos os procedimentos relativos às obras de reparação que conduziram ao seu encerramento e às vicissitudes alterações ocorridas no âmbito do concurso público e empreitada de construção e obra em curso;***
- **PONTO 10 -** ***Situação do encerramento da Rua pedonal na Torraltinha, pela empresa J. A. Viegas, S.A., incluindo as vicissitudes ocorridas com o alvará n.º 8/83, e da vedação entre as Praias do Camilo e D. Ana e apreciação dos procedimentos encetados pela Câmara para remover as vedações em causa;***
- **PONTO 11 -** ***Informação sobre as deliberações camarárias relativas à programação, animação e espetáculos relativos à comemoração do dia 25 de Abril de 2015 e próximo***

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

Festival dos Descobrimentos, incluindo análise dos respetivos custos;

➢ **PONTO 12 -** ***Liberdade de atuação política dos funcionários dos Serviços Administrativos da Câmara enquanto Membros da Assembleia Municipal de Lagos e apreciação da política de informação, comunicação e relações públicas da Câmara e Município de Lagos, critérios de atuação e editoriais seguidos e formatos adotados;***

➢ **PONTO 13 -** ***Instituição do Julgado de Paz nas Terras do Infante;***

➢ **PONTO 14 -** ***Apreciação e votação da proposta de alteração da designação da Freguesia da União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria).***

------**ABERTURA DA REUNIÃO**: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros [Secretário da Junta de Freguesia da Luz]
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	Carlos Santos Nunes Prudente
BE	José Manuel Maia dos Santos

------**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
TSL	José Alberto Baptista	1 dia	Carlos Santos Nunes Prudente
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro	1 dia	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30/03.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

------**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

------**ATA DE REUNIÃO ANTERIOR:** Dispensada a sua leitura, uma vez que a mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte ata:
------Ata n.º 12/2014 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2014 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 20 de outubro de 2014.----------
--------**DELIBERAÇÃO N.º 42/AM/2015**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 12/2014 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2014 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 20 de outubro de 2014.----------
------Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
TSL	Carlos Santos Nunes Prudente
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros [Secretário da Junta de Freguesia da Luz]
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto

------**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** A Sra. Maria Trigosos disse que a nível de património, existem dois tipos, o construído e o natural, sendo que o construído pode ser material ou imaterial, mas o que lhe está a preocupar é o património natural. Referiu que a praia da D. Ana era uma espécie de joia preciosíssima, tanto pela história como pela economia, uma vez que é uma das praias que mais turismo trás a Portugal. Afirmou que a praia da D. Ana faz parte de um colar de pedras preciosas que é a Costa Doiro, pelo que a praia da D. Ana não

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

funciona só por si, mas sim em articulação com a praia do Camilo, do Pinhão, com a Ponta da Piedade. Sobre a justificação de que a intervenção na praia tem que ser feita por questões de segurança, disse que a mesma é falaciosa, uma vez que as pessoas vão sempre deslocar-se para junto da falésia. Disse que as arribas vão continuar a cair porque as mesmas caiem, não porque o mar bate nelas, mas porque foram feias construções em cima das mesmas e por causa das águas das chuvas. Referiu que a praia da D. Ana se tornou num local de peregrinação para as pessoas que vivem em Lagos. Como moradora na zona, e assistindo a toda esta peregrinação, disse que das muitas conversas que ouve, nenhuma é a favor do que está a ser feito na praia da D. Ana. Disse que a situação está criada, mas as autoridades municipais têm que estar do lado do cidadão e têm que fazer ver às autoridade nacionais que de facto o dinheiro que vem da Europa para fazer este crime contra o ambiente da cidade de Lagos, possa ser desviado para os seguintes problemas da praia da D. Ana: - estrada de acesso ao edifício Montana, oca por baixo, em risco de abater; - esgoto de águas pluviais, a céu aberto, com ligações ilegais de esgotos de habitações, a correr para a praia; - problemas com a estação elevatória.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), apesar da inscrição do Munícipe António Santos, para intervir neste Período, não lhe concedeu a palavra uma vez que o mesmo já tinha intervindo na presente Sessão por duas vezes.---------

------O Munícipe António Santos, apresentou o seu protesto, por tal decisão.---------

------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a situação verificada é de todo inusitada. Referiu que a regra é que nos Períodos de Intervenção do Público, quem se inscreve tem direito à palavra e não via razão para se estar a alterar a regra, pelo que, na sua opinião, o Munícipe António Santos, deveria intervir.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou que fosse indicado, pela Mesa, qual o Artigo do Regimento da Assembleia Municipal, que refere que um munícipe, depois de falar duas vezes numa mesma Sessão da Assembleia Municipal, não possa falar uma terceira vez.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que nada no Regimento afirma tal, apenas se tratava de um interpretação do Presidente da Mesa e da própria Mesa.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se não existe nada no Regimento, o entendimento da Mesa terá que ser colocado à consideração do Plenário, uma vez que é a este que lhe compete decidir.----------

------Posto isto o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) colocou à consideração do Plenário a questão de ser dada ou não a palavra ao Munícipe António Santos, tendo o Plenário concordado dar a palavra ao Munícipe António Santos no sentido de intervir no Período de Intervenções do Público.----------

------O Munícipe António Santos, começou por agradecer a sentido democrata demonstrado na decisão acabada de tomar, por todas as Bancadas da Assembleia Municipal. Sobre a praia da D. Ana disse que a mesma alberga, atualmente, cerca de 200 a 300 turista, mas quando se tornar numa "Costa da Caparica", passará a ter 2 000 a 3 000 pessoas e isso vai causar um grande impacto e vai fazer com que a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

zona seja destruída. Relativamente ao Festival dos Descobrimentos, disse que o melhor foi o desfile, não concordando com os gastos com este evento, uma vez que para uma Câmara que tem cerca de 100 milhões de euros de dívida, não está em condições de gastar 70 000 euros um evento. Disse esperar que na próxima edição do Festival, as instituições de Lagos tenham uma maior participação no mesmo e que os 70 000 mil euros seja distribuído pelas mesmas. Sobre o assunto da droga no Centro Histórico, disse que há televisões interessadas em abordar o assunto, mas só se a Sra. Presidente da Câmara Municipal estiver disponível para falar.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por dizer que percebia os receios manifestados pela Sra. Maria Trigoso. Disse que o património natural, por vezes precisa da intervenção dos humanos, sendo esse o caso da praia da D. Ana que necessita de uma intervenção para dar segurança e condições aos muitos frequentadores da mesma. Referiu que as autoridades locais estão do lado dos cidadãos. Disse que é importante que todos percebam que a obra da praia da D. Ana, não é uma iniciativa, nem é da responsabilidade da Câmara Municipal. Acrescentou que o que está a ser feito é reivindicado pelos autarcas lacobrigenses desde há muito anos. Relativamente à preocupação de que possam ser construídos na zona da praia da D. Ana e do Camilo, empreendimentos do género da Iberlagos ou do Edifício Montana, garantiu que tal não se iria verificar. Disse ainda que o espaço vedado é de particulares que, indevidamente, irregularmente e ilegalmente o vedaram. Estando o assunto a ser acompanhado pelas autoridades competentes. Sobre o Festival dos Descobrimentos disse que o mesmo é promovido pela Câmara Municipais, mas muitos são os parceiros que dão o seu contributo para a realização e sucesso do mesmo. Disse que a Câmara Municipal está endividada, mas não tanto como foi dito pelo Sr. António Santos.----------

------**PONTO 2 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2014 DO MUNICÍPIO DE LAGOS (CONTINUAÇÃO).**----------

------O Sr. Carlos Prudente (TSL) apresentou o seguinte texto: "Sr. Presidente da AM, Sra. Presidente da CM, Caros Membros da AM e Vereadores da CM. A Coligação TSL começa por afirmar a sua pré-disposição de votar favoravelmente os Documentos em apreciação. E fá-lo por dois motivos: o primeiro, devido aos méritos dos responsáveis políticos e da equipa da Unidade técnico – financeira na elaboração destes Documentos; o segundo, porque a estes méritos se junta o mérito de os mesmos conterem a leitura de um ano de gestão financeira que, não só reduziu substancialmente o endividamento do Município, como conseguiu o equilíbrio orçamental. Nestes méritos se reconhece também a posição da TSL de "oposição de solução", manifestada desde a sua primeira intervenção na AM. Fosse através do benefício da dúvida, fosse no reconhecimento da bondade das propostas, a TSL não deixou de favorecer a aprovação de todos os documentos orçamentais e tributários apresentados pela C M. Contudo, a TSL não vai deixar, depois de analisar partes importantes dos documentos, de emitir a sua opinião política e social sobre o contexto e o conteúdo destes documentos. Comecemos, então, por escolher e analisar alguns dos dados estruturais dos Documentos. A. ANÁLISE DOS

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

DOCUMENTOS. E comecemos por um alerta político: na primeira página, a da Informação dirigida ao Sr. Vice-presidente, escreve-se: "De acordo com o Regulamento Orgânico do Município e da informação n.º 20/2012, de 9 de janeiro, compete à Unidade Técnica-financeira preparar e apresentar os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão, que foram executados conforme previsto no Plano de Ação apresentado na informação n.º 1454 e aprovado por V. Exa.". Ora, não é propriamente à Unidade Técnico – financeira que compete apresentar estes documentos, mas, sim, aos órgãos gestores políticos da Câmara Municipal. Quando a TSL fala de "burocracia", Sr.ª Presidente e Sr. Vice-presidente, é a questões como estas que nos referimos, pese embora a bondade dos seus autores. Avancemos, agora, para o Parecer do ROC, que, além de ter certificado o Ativo de 252 551 mil euros e os Fundos próprios de 172 476 mil euros, - os números de que falaremos serão sempre arredondados - não deixou de chamar a atenção, no ponto 7, para a necessidade de concluir a inventariação do património municipal. Esta inventariação é um assunto emergente, uma vez que pode ter influência, não só nos rácios da gestão municipal, como no comportamento futuro dos compromissos da autarquia. A TSL discorda, por isso, da eventual não muita importância dada ao assunto pela C M. Sobre o "Relatório de Gestão do ano económico de 2014", a TSL omite por agora quaisquer considerações, uma vez que entendeu reportar-se só ao que Lei exige que a AM se pronuncie que é "apreciar e votar os documentos de prestação de contas". E porque a TSL entende, também, que deve o Relatório ser tratado, não como uma introdução, mas, como companheiro político e social das contas à medida que estas vão sendo apresentadas, bem como o de ter o papel de contextualizar a frieza dos números. Passemos, então, a analisar as partes escolhidas do texto apresentado, conglomerando algumas contas. A. Ativo e Passivo/Fundos Próprios do Município. A1. Da Análise financeira e patrimonial, capítulo IV dos Documentos, a TSL recorda o já referido no parecer do ROC, salientando que os Fundos Próprios apresentam um acréscimo de 10% sobre o ano anterior. A2. Já o Passivo de 80 075 euros sofreu uma redução de mais de 11% em relação ao ano anterior, devido a pagamentos diversos de Dívidas a Terceiros (ver folha 48), o que, simultaneamente, contribuiu para a redução do excesso de endividamento. A3. Reconhece, contudo, a TSL que a verba de Provisões de Riscos e Encargos, no montante de 624 mil euros, corresponde só a quatro (4) processos judiciais, quando a listagem apresentada é muito mais extensa e parte dela eventualmente problemática. Depois da informação do Sr. Vice-presidente, a Coligação TSL espera que, caso haja alteração na atual situação, ela venha a ser contemplada na primeira revisão orçamental. A TSL aproveita para realçar a boa informação dos Documentos sobre os processos judiciais, podendo esta servir, no futuro, para uma análise mais circunstanciada por parte da AM, dada a sensibilidade da matéria e ao facto de alguns dos processos já fazerem história no Município. B. Execução orçamental. B1.O Orçamento executado, depois de 14 alterações e de 2 revisões, apresenta uma taxa de execução, na receita, de 91% e, na despesa, de 83%, o que indicia um bom desempenho no controle do Orçamento. Assim, também, a taxa de execução da receita de 91% situa-se acima do limiar legal

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 2827800678– Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

obrigatório dos 85%. Mais, os valores orçamentados para 2014 aproximaram-se dos valores que a TSL entendia serem os mais ajustados, não só à realidade económica do Município, como às probabilidades da execução orçamental. B2. Foi estabelecido o equilíbrio orçamental da gestão municipal, acelerando o saneamento dos anteriores desequilíbrios, resultantes de gestões financeiramente descontroladas. B3. A receita corrente esteve acima das expectativas, atingindo nos Impostos Diretos o valor de 115% sobre o estimado, sendo no IMI de 103% e no IMT de 145%. O IMI cresceu, relativamente a 2013, 11%, quando ainda estava em vigor a cláusula de salvaguarda; quanto ao IMT, o crescimento homólogo foi de 48%! Toda esta matéria deverá merecer uma cuidada reflexão, sobretudo aquando da preparação do próximo Orçamento para 2016. B4. Já a receita de capital, como a TSL sempre estimou, não passou dos 6% de execução. B5. A despesa corrente atingiu a taxa de execução de 89% e a despesa de capital de 61%. B5. Temos que fazer aqui uma breve referência ao valor global transferido em 2014 para as Empresas Locais: 2 319 mil euros. C. Resultados orçamentais. C1. O saldo do exercício foi de 927 mil euros, sendo, porém, o resultado operacional da execução orçamental de 3 550 mil euros. C2. O resultado líquido do exercício de 2014 foi de 8 384 mil euros, resultante dos resultados operacionais (os mais significativos, no valor de 7 026 mil euros) financeiros, extraordinários e correntes: que uma leitura das folhas 50 a 52 ajuda a compreender. C3. O autofinanciamento, que corresponde à diferença entre a receita estrutural e a despesa de funcionamento, registou um montante positivo de 5 230 mil euros. C4. As notas explicativas ao balanço e à demonstração de resultados, nas folhas 59 a 69, ajudam a resolver algumas dúvidas sobre a interpretação dos números da prestação de contas, bem como dos resultados do exercício de 2014. Contudo, a TSL questionará a CM sobre a conta 59, Resultados Transitados (folhas 68 e 69), uma vez que neles também se contabilizaram os ativos das Empresas Municipais. C5. Na proposta para aplicação do resultado líquido do exercício, na folha 105, a TSL só questiona a aplicação nos referidos Resultados transitados. D. Endividamento municipal. D1. A redução do excesso de endividamento passou de 8 355 mil euros para 598 mil euros, tendo-se dado por resolvido o problema legal dos pagamentos em atraso superiores a 90 dias: neste intervalo de 90 dias, encontra-se a dívida a fornecedores de 558 mil euros, o que corresponde a um decréscimo homólogo de 76%. Esta redução do endividamento em 2014, no valor de 7 757 mil euros, representa um esforço assinalável de contenção e de redução da dívida. Em fins de 2014, o limite de endividamento cifrava-se em 55 924 mil euros. D2. Quanto à dívida municipal, esta continua a repartir-se por duas rubricas concentradas: ver o Quadro 24 e a Folha 37: Dívidas a terceiros M/LP: 26 715 mil euros; Dívidas a terceiros C/P: 36 678 mil euros; O total da dívida municipal, apresentada nos Documentos, é de 56 522 mil euros. Por não se enquadrar no contexto da "prestação de contas", haverá, eventualmente, outros valores relativos a compromissos com as empresas participadas que não estarão compreendidos nos valores deste Documento. E. Rácios e indicadores de atividade. E1. Os Indicadores gerais de Atividade mantêm-se similares aos dos anos anteriores, com algumas melhorias em alguns deles, seja de sinal positivo, seja de sinal negativo.

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

E2. Indicadores e rácios de gestão. Nos rácios de liquidez, geral (63%) ou imediata (11%), há melhorias relevantes na gestão municipal em 2014, mesmo se a liquidez imediata de 11% continue a revelar as dificuldades existentes de tesouraria. O rácio de solvabilidade, rácio que permite à autarquia olhar o futuro com alguma tranquilidade, é de 2,15%, o melhor dos últimos 4 anos. E maior será quando tiver avaliado todo o património municipal existente. O rácio da autonomia financeira também aumentou, melhorando assim a capacidade de financiamento próprio, e eliminando, aos poucos, a necessidade do recurso sistemático a empréstimos; empréstimos que hoje castigam arduamente, a gestão municipal. F. Outros capítulos e assuntos. F1. No PPI, a taxa de execução foi só de 53%. F2. Capítulo VI. PAEL/PAF. A Coligação TSL não se debruçou sobre este capítulo, porque, irá pedir a inclusão desta matéria numa próxima sessão da AM, tendo, sobretudo, em memória o compromisso da CM de apresentar à AM uma reestruturação do PAF durante o presente ano. Nessa oportunidade, as informações contidas nas folhas 116 a 121 não deixarão de fazer parte da análise da TSL para a reestruturação do PAF. F3. Dos conteúdos sociais e jurídicos dos Documentos em apreço, a TSL reconhece que não há tempo para os trazer à colação e ao debate, pelo que, sobretudo a componente jurídica irá ser objeto de um pedido da TSL para ser incluída em ponto da ordem do dia de uma sessão futura da AM. E assim, a TSL conclui a sua breve análise económico-financeira dos Documentos em discussão. Leu, interpretou números e teceu algumas considerações. Fez escolhas. E suscitou algumas dúvidas. Passemos, agora, ao comentário político e social, consequente com a análise do comentário técnico – económico anterior. B. COMENTÁRIO POLÍTICO E SOCIAL. 1. O figurino adotado pela CM para a elaboração dos Documentos de Prestação de Contas, a que junta um Relatório de Gestão, poderia merecer uma reanálise por parte do Executivo Municipal. Há novas experiências e modelos municipais que poderiam ser consultados e que, com certeza, reforçariam a componente política e social destes Documentos. O que é a sua função e destino ao serem enviados à AM. A verdade é que a apreciação e votação dos Documentos de "prestação de contas" por parte da AM só têm efeitos políticos, pelo que não seria despiciendo reforçar essa componente, sobretudo, para valorar melhorias, explicar opções e reduzir impactos negativos, ínsitos na prestação de contas. Ficou claro para nós que não foi fácil para a TSL a leitura seca de números e de comentários contabilísticos, sem a devida contextualização política e social. 2. Em relação ao PAEL/PAF, a Coligação reafirma a necessidade de ser apresentada a sua reestruturação, ainda durante o ano de 2015. A TSL acredita, depois de lida a documentação da prestação de contas, que o Executivo abriu portas políticas e janelas estruturais para repensar este documento e o melhorar, de modo a poder solver situações de impasse causadas pelos compromissos do PAF. 3. Para quem não acredita na centralização excessiva no controlo financeiro das autarquias, estes documentos desfazem, para a TSL, qualquer dúvida. Vemos o peso que os Impostos Diretos (IMI e IMT) e a Venda de Bens e Serviços (Água e Saneamento) têm na execução orçamental: mais de 78%. Vemos como as taxas, multas e penalidades, ao concorrerem com cerca de 5%, fazem totalizar a carga fiscal direta

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 2827800678– Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

do nosso Município em 83%. Assim, aos Impostos Indiretos e às Transferências não cabem mais que 17%. 4. Os méritos dos Documentos da "prestação de contas" têm, assim, uma outra leitura política importante: a quase normalização da função financeira e orçamental da CM. Pesada é a carga fiscal que hoje impende sobre todos os portugueses, pelo que, a partir de agora, poderá a autarquia lacobrigense começar a aliviar a sobrecarga fiscal e tributária e a taxação da prestação de serviços aos seus cidadãos. A TSL está, por isso, disposta a dialogar sobre uma mais reduzida carga municipal de impostos para o ano de 2016, pelo que, solicita à CM que, com tempo, apresente a todas as forças políticas representadas nos órgãos municipais as suas propostas sobre os Impostos diretos, os preços dos serviços e as taxas municipais a aplicar em 2016. Antes, ou durante, a apresentação das GOP e do Orçamento 2016. E, se possível, acompanhadas da alteração dos Regulamentos Municipais com interferência na vida fiscal dos lacobrigenses. 5. Por isso, e também, a TSL volta a chamar a atenção da CM para a necessidade de se constituir o Conselho Municipal de Economia e Desenvolvimento Local, onde todas as matérias que tenham a ver com o desenvolvimento económico local possam ser debatidas, incluindo a carga tributária imposta pelo Município. Aqui, a TSL abre uma exceção sobre o Relatório e transcreve um "projeto mais representativo" da Ação do Executivo: " a adoção de medidas que promovam a atração de investimentos, por forma a aumentar o crescimento económico e a criação de emprego " (folha 4). 6. Sobre as Empresas Municipais, Futurlagos e Lagos em Forma, a TSL leu os dois Relatórios, embora os mesmos tenham sido enviados só para conhecimento. Assim, realça tão só o facto de ambas terem tido resultados do exercício positivos, respetivamente, 348 mil euros e 15 500 euros. Se a antecipação de rendas futuras dos quiosques da Frente Ribeirinha melhorou os resultados da Futurlagos, continua, doravante, por solver a questão da fusão, ou não, das duas Empresas municipais. Esta questão voltou a ser levantada nos Pareceres do ROC sobre as duas Empresas, pelo que se torna relevante para a apreciação da solução final por parte do Executivo e da AM. Sra. Presidente da Câmara e Sr. Vice-presidente, responsáveis políticos pela elaboração e apresentação destes Documentos. Foram breves as considerações políticas e sociais da TSL sobre os Documentos da prestação de contas. Com elas, levantou, porém, TSL cinco sugestões e/ou recomendações, a saber: Estudo de um figurino mais político da prestação de contas; Reestruturação do PAEL / PAF ainda em 2015; Debate atempado sobre o conteúdo fiscal e tributário municipal para 2016; Constituição do Conselho Municipal de Economia e de Desenvolvimento Local; Solução legal e política para as Empresas Municipais. Será, pois, face a compromissos assumidos pela C M em relação a estas cinco questões, que a TSL tomará a decisão final que, no início desta intervenção, apresentou como pré-disposição."----------

------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por protestar por não ter sido recebedor da documentação requerida à Câmara Municipal, para apreciação do Ponto da Ordem do Dia em apreciação e outros Pontos constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. Considerou esta atitude antidemocrática e de falta de respeito para com os Membros da Assembleia Municipal. Perante tudo isto disse que a presente

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

Assembleia Municipal é uma Assembleia limitada na sua ação democrática, pelo que não se considera preparado para discutir as matérias ao mesmo nível que a Câmara Municipal.----------

------O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que depois de analisado o documento em apreciação, a Câmara Municipal cumpriu o equilíbrio orçamental e reduziu, substancialmente, o seu excesso de endividamento, tendo acabado o ano sem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, sendo um dos bons indicadores da melhoria financeira da autarquia. Referiu ter verificado uma diminuição da despesa com o pessoal e superação das regras impostas pelo Orçamento do Estado, a nível de redução de pessoal. Disse que para a bancada do PS, o documento justificava o enorme esforço que a Autarquia tinha feito, durante o ano de 2014, para conseguir atingir os seus objetivos.----------

------O Sr. Joaquim Azevedo (PSD) disse o seguinte: "No âmbito da análise do Ponto 2 - Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2014 do Município de Lagos, reconhecemos o esforço do atual Executivo pela melhoria considerável na apresentação deste documento, sendo mais percetível a leitura e interpretação dos dados ao leitor. Da leitura dos documentos de suporte ao Ponto 2, entregues em papel apenas ao coordenador da mesa, o que não facilitou a análise dos mesmos, surgiram-nos várias dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas. Modificações aos documentos previsionais, são descritas as diversas modificações ao orçamento de 2014 e os motivos porque ocorreram, é explicado que o orçamento tendo caráter previsional está sujeito a ajustamentos ao longo do período, e a normalidade da ocorrência de ajustamentos, verificamos que o resultado dos diversos ajustamentos permitiu que a Taxa de Execução fosse de 91% na receita e de 83% na despesa. Equilibro orçamental, consideramos que os rácios apresentados estão desvirtuados pelo facto de as dívidas a Instituições de Crédito terem sido consideradas em Empréstimos de médio e longo prazo, conforme a certificação legal de contas emitida pela sociedade de ROC's, sendo assim, que parte do valor considerado rácio como amortizações de empréstimos a médio e longo prazo ser efetivamente de curto prazo. Síntese da Situação Económica e Financeira, da análise efetuada ao Quadro 15 verificamos a não execução do Plano de Atividades em 4.358.669,56€, havendo um excedente de tesouraria de 3.816.124,50€ e estando considerado o montante relativo ao financiamento do projeto "Intervenção de recuperação da Ponte D. Maria II – Lagos", montante não referido no documento estariam reunidas as condições necessárias à melhor execução do Plano? Dívida Municipal, verificamos uma melhoria nos níveis de endividamento ficando ainda além do limite de endividamento em 598.056,17€, não teria sido possível com o excedente de tesouraria ter baixado este valor, permitindo assim cumprir os limites impostos? Análise do Plano Plurianual de Investimentos, a Taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos é de 53% bastante aquém do orçamento, também estranhamos a discrepância na distribuição, uma vez que proteção civil e luta contra incêndios, desporto, recreio e lazer e diversos não especificados (Neofutur e Estacionamentos de Lagos), foram executados em mais de 95% e outros tais como saneamento, abastecimento de águas, cultura, ação

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

social, etc., tiveram uma execução abaixo dos 50%, não seria importante equilibrar esta distribuição?"----------
------O Sr. Carlos Glória (LCF) disse o seguinte: "Analisámos as contas de 2014 com a atenção devida a um documento desta natureza, focando-nos nalguns pontos dos mapas disponíveis que consideramos terem importância na clarificação das contas de 2014. Conforme já referido por lagos com futuro anteriormente, as receitas obtidas acontecem através de um esforço inusitado da população em geral parte, em grandes dificuldades económicas, e das empresas que se encontram na maioria falidas. Falamos da indiferenciação da cobrança da tarifa de disponibilidade, derrama sobre as micro e pequenas empresas, a taxa de IMI… em exemplo. O equilibro orçamental conseguido no valor de 5 milhões de euros, sendo de um lado saudável em situação de um crescimento económico equilibrado, no caso vertente é uma afronta a quem no município se defronta com dificuldades de vária ordem para continuar a sua vida. Lembramos as várias criticas do executivo municipal ao governo da nação na matéria de impostos e regras e perguntamos que diferença existe entre eles governo, e a gestão socialista da CML. Cabe aqui uma frase de Tales de Mileto que diz: "Nunca faças o que te desagrada ver fazer a outros". Constata-se com satisfação o facto de em 2014 a despesa corrente ter decrescido, no entanto ao verificarmos que esta redução se verifica em 25% na rubrica de aquisição de bens gostaríamos de perceber, pelo que questionamos, se não tem a mesma que ver com situações de descuido da manutenção de equipamentos importantes no dia a dia dos serviços da câmara. Pág. 31- No saldo de tesouraria menciona-se um montante de 1.356 mil euros que não foram faturados pelos fornecedores em 2014. Pelas normas de contabilidade e segundo o principio da especialização do exercício deveriam as mesmas ter sido registadas em gastos a reconhecer, ainda mais que era conhecido o valor, sendo o mesmo um montante significativo dos gastos do ano em análise e com impacto no resultado do exercício. Acresce que pelo código do IVA no seu artigo 36.º que define o Prazo de emissão e formalidades das faturas, refere no seu parágrafo 1.ª: A fatura referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º deve ser emitida: a*) O mais tardar no 5.º dia útil seguinte ao do momento em que o imposto é devido nos termos do artigo 7.º que refere. Facto gerador e exigibilidade do imposto. 1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o imposto é devido e torna-se exigível: a) nas transmissões de bens, no momento em que os bens são postos à disposição do adquirente; Significa isto que a CML pactuou inclusive na ilegalidade desta omissão. Pág. 32- Em aspetos de importância para a CML temos que evidenciar o nosso desacordo pela forma como se destaca a redução das dívidas a instituições de crédito relativas empréstimos de locação financeira, quando na realidade aos montantes registados ainda faltam contabilizar cerca de 80 milhões de euros referentes a Neofuturo 36.520, Parque de Estacionamento Frente Ribeirinha 32.235, Parque de estacionamento Anel Verde 14.071, Outro 7.714. Queremos fazer recordar que em 2013 existiam cerca de 112 milhões de euros não assumidos nas contas e que apesar das recomendações dos auditores da UHY em 2013 para se contabilizarem 67,9 milhões de euros a CML só considerou 29,4 milhões. Estamos convictos que esta medida apenas se liga a uma engenharia financeira, a qual oculta

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

valores sobre os quais a câmara tem responsabilidade e que não colidiria com o descrito na Lei 73/2013 de 3 de setembro e cujas regras estabelecem um limite de endividamento o qual se refere a atividades orçamentais conforme se lê no seu Artigo 52.º - Limite da dívida total: 1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Estamos convictos que este reconhecimento traria transparência e clarificação do estado do município. No entanto aguardamos esclarecimentos do executivo referente a esta matéria. Na rubrica provisões para riscos e encargos, verificou-se uma redução do valor registado em comparação com 2013. Em nossa opinião e visto que existe um rol de ações sendo que uma delas envolve um montante na ordem dos 36,6 milhões de euros e tendo em conta que existe sempre uma probabilidade de responsabilidade, ainda mais quando neste caso existem fatores exteriores condicionadores do mesmo, a saber a aprovação do PDM, e certamente também a não garantia de que os promotores não prossigam com a ação por qualquer outro tipo de justificação. Refere ainda a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Definições. Para efeitos da Lei das Finanças Locais, consideram-se: i) «Responsabilidades contingentes», possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade. Seria prudente provisionar esta ação. Pág. 43 - Chama-nos a atenção o facto de a rubrica subsídios, onde constam 1.808 mil euros, transferidos para a Futurlagos, não encontrarem contrapartida naquela empresa, ou melhor apenas 1.100 mil estão reconhecidos como subsídios, mas que certamente o executivo nos irá Justificar."---

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o Sr. Jorge Ferreira protestou pelo facto de não ter recebido o documento em apreciação, mas o facto é que mais ninguém fez idêntico protesto, pelo que concluiu que todos os Membros da Assembleia Municipal receberam, ou tiveram acesso à documentação. Referiu que o Sr. Membro da Assembleia Municipal, Jorge Ferreira, pediu à Câmara Municipal cópias integrais de diversos processos, mas dada à extensão dos mesmos, a Câmara não tem condições logísticas para fornecer tal documentação, sendo que, apesar de reconhecer que os Membros da Assembleia Municipal têm todo o direito e legitimidade em fiscalizar a ação da Câmara Municipal, questiona-se sobre o objetivo de tais solicitações, por parte do Sr. Jorge Ferreira. Afirmou que a ideia com que fica em relação a estas solicitações, é de que há pessoas que vêm para a política não para defender a população, como alguns dizem, batendo no peito, mas sim por questões de ajustes de contas pessoais. Informou o Sr. Jorge Ferreira de que iria ser colocado à sua disposição todos os processos solicitados, para consulta, mas cópia dos mesmos não iria ser facultada.---

------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que os documentos em apreciação são de todo o Executivo da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo surge no seguimento de uma deliberação de uma reunião da Câmara Municipal. Referiu que uma das grandes preocupações foi acabar com as reservas mencionadas pela certificação legal das contas sendo que a que se mantém diz

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

respeito à inventariação, processo que está prestes a ficar concluído. Disse que está a ser feito um esforço e a ser desenvolvido trabalho, apesar de todas a condicionantes, no sentido de reduzir a cargas fiscal sobre os munícipes. Destacou o crescimento da receita proveniente do IMT, em quase 50%, o que foi um bom sinal para todos e o aumento de receita proveniente do IMI por motivo de términos de isenções. Referiu que se verificou uma diminuição da despesa, sem colocar em causa os serviços prestados. Relativamente ao PAEL e do PAF disse que são planos que estão a ser cumpridos e que está em cima da mesa o ajustamento dos mesmos, sendo que este ajustamento só poderá ficar concluído depois de estar definida a situação das empresas municipais, ma vez que a situação das mesmas está a ser redefinida. Em relação ao Orçamento disse que o mesmo sofreu as alterações necessária por forma a cumprir a legislação e em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, disse que foi cumprido o possível. Disse que o Estado tem aumentado impostos, o Município de Lagos tem mantido as taxas. Referiu que os valores não faturados passam para o ano seguinte como dívida, o procedimento é tratado de uma outra maneira, ou seja, existe um compromisso para o ano, mas a parte que não foi executada tem que ser apurada e passar para o ano seguinte, isto nada tem a ver com o Código do IVA, nem tem nada a ver com o facto de não serem emitidas faturas para reduzir dívida. Disse que o passivo da autarquia é o que consta na documentação, cerca de 57 milhões de euros. Referiu que o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, o Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha e o Anel Verde, são equipamentos que foram executados no âmbito da empresa Futurlagos, que está a ser extinta, e por isso ainda não podem ser cabimentados à Câmara Municipal, logo não podem fazer parte do passivo da Câmara Municipal. Sobre os subsídios à Futurlagos disse que o mesmo foi atribuído no âmbito do contrato-programa. Sobre o valor das provisões disse que o mesmo tinha baixado consideravelmente em relação ao ano anterior. Em relação ao processo com o Campo de Golfe de Espiche disse que o entendimento que ouve sobre o assunto é que não irá haver risco, porque irá ser anulado a pedido do privado.----------
------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) exercendo o direito de defesa da honra, disse o seguinte: "A Sra. Presidente da Câmara parte de um equívoco extremamente grande, na nossa opinião; é que o direito à informação, conforme eu aqui referi. Está estabelecido, em diversos diplomas legais todos eles do conhecimento da Sra. Presidente, a começar pelo diploma fundamental deste País, que é a Constituição da República, o tal n.º 2 do Artigo 268.º que diz "Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.". A Sra. Presidente não teve aqui na sua argumentação e nas suas insinuações nenhum caso em que estas limitações de ordem criminal ou de segurança interna, pudessem ser causas de recusa do acesso a estes documentos. Mas nós não estamos só aqui na qualidade de cidadãos, Sra. Presidente, estamos aqui na qualidade de Membros desta Assembleia e de acordo com a Constituição, de acordo com a lei das autarquias, de acordo com o nosso Regimento, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, isto tem um prazo de resposta e esse

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

prazo de resposta no máximo dos máximos são 10 dias, mas como nós temos Assembleia marcada, de acordo com o Regimento, esses documentos são para serem fornecidos até antes da Assembleia ocorrer que é para nós pudermos estar preparados e informados sobre todos os assuntos e não termos que justificar porque razão os queremos, é um direito à informação, não queremos suspeitar que os senhores são criminosos, mas também não admitimos aquilo que a Sra. Presidente fez que foi insinuar que há aqui algum ajuste de contas, ou que há aqui interesses obscuros no acesso à informação, não, o acesso à informação é um direito próprio de cada Membro desta Assembleia e de cada cidadão, e é um direito que a senhora não tem o direito de coartar de modo nenhum, é que de modo nenhum, nem por razões se quer económicas e a senhora faltou-me ao respeito quando disse que eu estava aqui na política para fazer ajusto de contas. Se há pessoa que aqui pode dizê-lo, e eu não vou estar a referir-me a ninguém, a quem isso não pode ser imputado, porque eu nunca estive cá na política, é a primeira vez que cá estou, não tenho ajustes de conta com ninguém, porque eu nunca exerci funções políticas, nem funções administrativas, nem funções de nenhuma natureza. O que eu quero, e o meu Grupo quer, é um direito consagrado constitucionalmente, é o acesso à informação e isso é uma coisa que a Sra. Presidente não tem o poder, por mais que queira de nos impedir, porque nós sabemos a maneira, o caminho de chegar a obter essa informação. O que é de todo desrespeitoso é essa informação não chegar no momento próprio, que é no momento que antecede as reuniões desta Assembleia e os debates, porque sem essa informação, nós realmente, apesar de podermos ter opinião, se tivermos essa informação em nosso poder, olhe, corremos menos riscos de errar e por outro lado, também, temos a vantagem de poder acertar mais e não é o facto da Sra. Presidente não ter mandado a informação, que devia ter mandado, que impede que o meu colega de se manifestar, ou eu próprio de me manifestar quando chegar a minha vez, sobre estas contas. Agora não me manifesto porque nem tomo posição da mesma maneira que a Sra. teve a oportunidade, porque a Sra. tem acesso aos documentos diretamente e nós não temos. Essa é que é a diferença e a Sra. Presidente, nos termos da lei, devia os ter fornecido para estarem aqui, e na mão de todos, para esta reunião e para as próximas que se seguem. Portanto não diga que vai pensar no assunto porque isso só significa que a democracia nesta Assembleia e no seu entendimento, tem limites que nem a lei nem o conceito de democracia permite."----------

------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 32 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 53 minutos.----------

------O Sr. José Santos (BE) disse que em 2014, a receita proveniente do IMI aumentou e vai continuar a aumentar nos próximos anos. Acrescentou que dos 308 municípios, 135 cobram a taxa mínima de IMI, sendo que dos 308, 19 subiram e 32 desceram, sendo que só 11% é que cobram a taxa máxima. Sobre o aumento da receita proveniente do IMT disse que a mesma aumentou porque muitas famílias foram obrigadas a vender as suas casas.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que faz parte da LCF que as contas da Câmara Municipal cumpram todos os requisitos e que possam promover a felicidade das pessoas e se as contas forem positivas as pessoas vão ser mais felizes, porque vão pagar menos. Congratulou-se com o aumento da receita do IMT. Referiu que partes do texto dos documentos não é coincidente com as palavras do Sr. Vice-Presidente. Sobre os subsídios para a Futurlagos, disse que existe uma diferença entre os valores contabilizados.----------

------O Sr. José Valentim (PSD) disse que o que existe na Assembleia Municipal, são pessoas com pontos de vista diferentes relativamente às questões processuais, às questões da política, às decisões, àquilo que é o entendimento de cada um a nível individual e até a nível de grupo sobre o que se lhe afigura ser de melhor para o bem-estar das populações. Referiu que isto é que é a grande riqueza da democracia e é a grande riqueza de se viver num regime de liberdade e é isso que deve ser sempre preservado por todos. Disse que os documentos em apreciação são simples, uma vez que no fundo mostra aquilo que efetivamente a Câmara teve possibilidades de realizar ao longo de 2014, de acordo com o Plano que apresentou; depois a forma como são apresentados os números podem ter diversos entendimentos. Referiu que o documento reflete a componente contabilística e a componente política. Disse que a grande nota que retira dos documentos é que a Câmara Municipal de Lagos não é uma Câmara com falta de dinheiro, sendo muito boa a arrecadação de receita na ordem dos 45 milhões de euros, em 2014, atendendo à crise verificada. Referiu que existiu uma despesa, paga, de 41 milhões de euros. Referiu que a documentação é muito genérica, que a inventariação do património há muitos anos que foi iniciada e ainda não está terminada. Disse que os auditores das contas dizem que está tudo bem, mas os bancos que estão falidos também tinham tudo bem e de um momento para o outro faliram, pelo que espera que o mesmo não aconteça com a Câmara. Referiu que a despesa foi reduzida à custa da redução do pessoal, à custa não ser feito investimento a nível de infraestruturas, à custa de aspetos ambientais, à custa da não aquisição de equipamentos para a Câmara Municipal, ou seja, ouve uma redução na despesa, mas isso trouxe aspetos negativos para a população de uma maneira geral. Reconheceu o esforço feito no sentido de reequilibrar as finanças públicas do Município e disse ter gostado da intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal. Terminou dizendo que tinha pena que as pessoas que governam agora os destinos do Município, há uns anos, quando eram Membros da Assembleia Municipal, não tivessem dado ouvidos ao PSD quando dizia que as coisas estavam a andar mal e não estavam a ir pelo bom caminho, não tendo dúvidas que se nessa altura ao PS tivesse dado um muro na mesa, o esforço que está a fazer agora o PS não era necessário, assim como não era necessário os lacobrigenses estarem a passar pelos sacrifícios que estão a passar.----------

------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que do ponto de vista da gestão orçamental, as contas estão mais equilibradas do que no passado, mas importa saber se este equilíbrio vai ter repercussões positivas na economia. Ainda sobre a informação solicitada e não feita chegar, disse que na sua grande maioria a informação já está informatizada e é relativamente simples fazê-la chegar. Referiu que o documento na

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

sua introdução diz "aproximação às populações e aos seus problemas, expectativas e melhor qualidade de vida", pelo que perguntou: melhor qualidade de vida para quem e onde?; Refere o documento: "a implementação de uma estratégia, que incida sobre a revalorização e requalificação do concelho, através de intervenções que propiciem a qualidade de vida, que tornem o concelho cada vez mais atrativo e favoreçam as várias vertentes patrimoniais", perguntou o que foi feito para cumprir tal objetivo; Refere "a adoção de medidas que promovam a atração de investimentos, por forma a aumentar o crescimento económico e a criação de emprego", perguntou o que tinha sido feito neste sentido. Disse que, recentemente, assistiu a mais um debate das II Jornadas de Lagos, onde foi apresentado um estudo em que está provado que o Concelho de Lagos perdeu, nos últimos 6 anos, 11% da sua riqueza. Referiu que a receita da Câmara aumentou porque foi retirado às pessoas rendimentos, ou seja, a economia empobrece e a Câmara enriquece, cobrando mais receitas, quando vários Grupos Municipais, aquando da aprovação do Orçamento, chamaram à atenção para o facto de ser tempo de dar um sinal à economia e baixar a carga fiscal municipal. Disse que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, terminou o seu discurso do 25 de Abril com uma boa frase "todos estaremos bem quando pertencer ao povo o que o povo produzir". Referiu que o IMT aumentou, mas para isso contribuíram as vendas forçadas de habitações. Ainda sobre o IMT disse que não se devia cometer os mesmos erros que se cometeram no passado aquando da arrecadação de grandes receitas provenientes do imobiliário. Disse que o aumento da receita foi à custa dos sacrifícios da população. Perguntou onde estavam as despesas de investimento e que investimentos estavam a ser feitos. Disse que há muitas infraestruturas deficientes, muitas manutenções que não são feitas e no futuro isso vai trazer mais despesa. Sobre o Campo de Golfe de Espiche, disse que a ação está em suspenso, mas a mesma existe e não existe nenhum acordo escrito que os autores da mesma desistam da mesma.----------

------A Sra. Sónia Melo (PS) disse que não sabe como se pode pedir que se prescinda da receita proveniente dos impostos e ao mesmo tempo exigir investimento na cidade. Referiu que o atual Executivo tem investido de alguma forma, no Concelho. Disse que o PS não se sentia atingido com o facto de alguns dizerem que deviam assumir os erros cometidos no passado, até porque não sabe a que erros se referem.-

------A Sra. Clara Rato (PS) disse que o que está a ser apreciado é o Relatório de 2014, sendo que o Executivo já deu a conhecer a sua intenção em baixar impostos, mas isso só poderá ser feito no final o presente ano.----------

-------Posto isto foi submetida à votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2014**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	1	0	**13**
ABSTENÇÕES	0	4	3	3	0	1	**11**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------Não participou nesta votação por estar ausente da Sala o Sr. Rui Araújo (PSD).-

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

------Seguidamente foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2014**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	0	0	**12**
ABSTENÇÕES	0	4	3	3	1	1	**12**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	**0**

------Não participou nesta votação por estar ausente da Sala o Sr. Rui Araújo (PSD).-

------**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2015**:

------**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2014, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de abril de 2015.--------

------**PONTO 3 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E AS FREGUESIAS DO CONCELHO.**----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, solicitou ao Plenário autorização para que o assunto passasse para a próxima reunião desta Sessão da Assembleia Municipal, uma vez que o mesmo carecia ainda de tomada de decisão por parte de uma das Juntas de Freguesia.----------

------Tendo o Plenário aceite tal solicitação, passou este Ponto para a próxima reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal.----------

------**PONTO 4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (COVEIRO):** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membro da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-557-13.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a última situação idêntica a esta, foi há cerca de 2 anos e foi para um telefonista, pelo que perguntou qual o ponto de situação do assunto.----------

------O Sr. José Valentim (PSD) anunciou o voto favorável do Grupo Municipal do PSD no assunto proposto pela Câmara Municipal. Lamentou o facto da Câmara estar condicionada e muito limitada pelo PAF e pelo PAEL, o que prova que, em tempo, não foi cuidada com o devida atenção, a componente financeira e por isso foi necessário chegar à Câmara Municipal de Lagos, uma "Troika", que está agora a ser gerida pelo atual Executivo.----------

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que só

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

recentemente, após quase 2 anos, houve autorização para abrir o concurso para o telefonista.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se corria o risco de ter que esperar muito tempo, pelo que perguntou qual ia ser a solução para o problema.----------

------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, informou que o Município tem dois coveiros em funções e mais uma pessoa a exercer tais funções no âmbito dos Contratos de Emprego de Inserção, mas se alguém ter uma solução melhor, será bem-vinda. Disse que as Juntas de Freguesia também se debatem com problemas com os coveiros, pelo que se o Município conseguisse contratar mais dois coveiros seria o ideal.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU), constatando que existe a necessidade de contratar mais dois coveiros, pergunto porque não é logo pedido a abertura de dois lugares em vez de um.----------

------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que não é pedido a contratação de dois coveiros porque as Juntas de Freguesia estão igualmente a tentar resolver o problema e assim sendo na cidade só é necessário três coveiros, e também por uma questão de vaga no quadro de pessoal da Câmara Municipal para esta função.----------

------Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (COVEIRO)**.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2015**:

------**Deliberado**, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento concursal para constituição de vinculo de emprego público, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Coveiro), nos termos do n.º 2 do Artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de abril de 2015.----------

------**PONTO 5 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO DA HORTA DO JOGO DA BOLA (INTRAMURALHAS):** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-557-14.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou o que ia ser permitido fazer nas partes alienadas.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que na Horta do Jogo da Bola vai ser requalificado o edifício lá existente, para um pequeno hotel de charme, habitualmente designado por boutique hotel, ficando anexo uma zona de apartamentos, sendo tudo isto desenvolvido por uma cidadã francesa que adquiriu o imóvel.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 2827800678– Fax: 282762696

Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com

------Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO DA HORTA DO JOGO DA BOLA (INTRAMURALHAS)**.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2015**:
------**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a afetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 60,50 m², sita na Horta do Jogo da Bola (intramuralhas), destinada a acesso ao Baluarte de S. Francisco, a qual integra o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos, sob o n.º 4801 da extinta Freguesia de São Sebastião e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 1296 da União das Freguesias de Lagos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 1 de abril de 2015.----------
------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------
------**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Na deliberação tomada no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----------
------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 18 de maio de 2015, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 50 minutos, declarado encerrada esta Reunião.----------
------Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.----------

.....

.....

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
Sítio: www.am-lagos.com - e-mail: geral@am-lagos.com